

# Sementes São Francisco S.A.

CNPJ/MF nº 09.022.330/0001-52

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	101.801	141.067	Fornecedores	14
Contas a receber	6	146.662	106.643	Salários e obrigações sociais	1
Estoque	7	82.250	62.796	Obrigações tributárias	15
Impostos a recuperar	8	13.556	4.020	Provisões de férias, 13º salário e encargos	1
Adiantamentos	9	5.094	887	Adiantamento de clientes	16
Outros créditos	10	6.177	5.043	Passivo de arrendamento	
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>355.540</b>	<b>320.456</b>	Outras obrigações	17
<b>Ativo não circulante</b>					
Realizável a longo prazo				<b>Total do passivo circulante</b>	
Impostos a recuperar	8	4	236	<b>Passivo não circulante</b>	
Tributos diferidos		279	–	Tributos diferidos	26
Investimentos		5.822	3.690	Partes relacionadas	11
Ativo de direito de uso		506	2.700	Passivo de arrendamento	
Imobilizado	12	172.964	23.282	Provisões para contingências	26
Intangível	13	19.614	195	<b>Total do passivo não circulante</b>	
Ativo de indenização	26	34.537	–	Capital social	18.1
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>233.726</b>	<b>30.103</b>	Reserva de incentivos fiscais	
				Reserva legal	
				Reserva de lucros	
<b>Total do ativo</b>		<b>589.266</b>	<b>350.559</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>	
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional** – A Sementes São Francisco S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Rio Verde-GO, e tem como objeto social a compra, venda, importação, exportação e representação de insumos agrícolas e de produtos agrícolas destinado à semente e a indústria, beneficiamento de sementes próprias, a prestação de serviços de beneficiamento de sementes de terceiros e a prestação de serviços de análises de laboratório. O exercício societário da Companhia tem início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano. Em 08 de abril de 2024, a Sementes São Francisco S.A. alterou sua natureza jurídica de Sociedade Limitada (Ltda) para Sociedade Anônima (S.A.), conforme aprovado em assembleia geral extraordinária. Essa mudança visa ampliar o capital social, melhorar a governança corporativa e possibilitar o acesso ao mercado de capitais. Não houve impacto nos principais resultados operacionais e os saldos patrimoniais foram transferidos para a nova estrutura com alterações no patrimônio líquido. A transformação foi formalizada com o registro de documentos pertinentes na Junta Comercial do Estado de Goiás. Em 30 de setembro de 2024, houve a venda de 80% das ações da Semente São Francisco S.A. e, por consequência, a mudança de controle da Companhia. A partir dessa data a Companhia passa ser controlada pela holding de investimentos Private Equity Holding VII – Delta S.A., com 80% das ações em circulação da Companhia. Detalhes apresentados na nota 19 Patrimônio Líquido. Não houve impacto nos princípios contábeis aplicáveis, mantendo-se os saldos patrimoniais e resultados acumulados. A nova diretoria está implementando planos de reestruturação operacional e estratégica para maximizar o valor para os acionistas e partes interessadas. Os documentos que oficializam a mudança de controle, incluindo a ata da assembleia geral extraordinária, o contrato de compra e venda de ações e o registro atualizado na Junta Comercial do estado de Goiás, foram devidamente registrados nos órgãos competentes.

**2. Base de apresentação e políticas contábeis** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, nota 4. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da diretoria da Companhia, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 28 de fevereiro de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

**2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da diretoria da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras estão expressas em Real, o Real é a moeda funcional da Companhia, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente. A administração da Companhia, no processo de elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, efetuou determinadas reclassificações no balanço patrimonial, nas demonstrações de resultados e fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2023 para melhor comparabilidade. As reclassificações efetuadas estão demonstradas abaixo e não impactam o resultado anteriormente apresentado tampouco indicadores financeiros da Companhia. • No balanço patrimonial, no saldo de 31 de dezembro de 2023, foi realizado apresentação líquida do imposto diferido no passivo, foi realizada a reclassificação de R\$ 19.529 do ativo para o saldo de diferido passivo. **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.2. Conversão em moeda estrangeira:** a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. b) **Transações e saldos:** Quando aplicável, as operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da liquidação, na qual os itens são mensurados. As alterações nas taxas de câmbio resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos são apresentados na demonstração do resultado como receita/despesa financeira. **2.3. Ativos e passivos financeiros:** 2.3.1. **Classificação:** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo. Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. 2.3.2. **Reconhecimento e mensuração:** O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que se recebem diretamente atribuíveis à aquisição do ativo ou passivo financeiro. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas), líquidas" no período em que ocorrem. Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento, se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível de informações geradas pela diretoria própria Companhia. 2.3. **Impairment em ativos financeiros:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de **impairment** como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por **impairment** incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as obrigações sobre os ativos na carteira. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o **impairment** ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. 2.3.4. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. 2.3.5. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo custo justo e os custos de transação atribuíveis aos ganhos ou prejuízos são reconhecidos quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as alterações são contabilizadas no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Já em 2024, existia uma operação de derivativo não significativa.

**3. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras** – O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (a) **Vida útil de ativos de longa duração:** a diretoria realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente. (b) **Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida indefinida:** anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (**impairment**) dos ativos de vida indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (**impairment**) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas de fluxo de caixa futuro, custos de capitalização, custos de estoque; as premissas utilizadas estão descritas na Nota 4 (c). (d) **Análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa:** as premissas utilizadas estão descritas na Nota 4 (b). (e) **Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências:** Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável. (Nota 4 (m)). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente. (f) Conforme nota explicativa 19 a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS e reconhece o efeito de Subvenções Governamentais relativas ao ICMS incidente sobre as vendas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. O reconhecimento destes tributos teve como base a Lei Complementar nº 160/2017, que permitia tratar benefícios fiscais de ICMS como subvenções para investimento. **Políticas contábeis materiais** – As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apre-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
	Capital Social	Reserva de lucros	Reserva legal	Reserva de lucros acumulados	Lucros
	127.950	76.734	19.102	19.102	223.786
Saldos em 1º de janeiro de 2023	–	–	–	–	–
Distribuição de lucros	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	98.163	98.163
Transferência para reservas de incentivos fiscais	–	86.108	–	(86.108)	–
Transferência para reserva de lucros	–	–	12.055	(12.055)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>127.950</b>	<b>162.842</b>	<b>13.157</b>	<b>–</b>	<b>303.949</b>
Dividendos adicionais distribuídos	–	–	(13.150)	–	(13.150)
Aumento de capital	<b>307.141</b>	<b>(162.442)</b>	–	–	<b>144.699</b>
Lucro líquido do exercício	–	–	–	54.605	54.605
Destinação para reserva legal	–	–	2.730	(2.730)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(546)	(546)
Redenção de lucros	–	–	–	51.329	(51.329)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>435.091</b>	<b>400</b>	<b>2.730</b>	<b>51.336</b>	<b>489.557</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	
Receita operacional líquida	19	509.174	506.311	Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Custo dos produtos vendidos	20	(417.265)	(409.784)	Lucro antes dos impostos	86.369	103.239	
<b>Lucro bruto</b>		<b>91.909</b>	<b>96.527</b>	Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	–	–	
<b>Despesas operacionais</b>				Depreciações e amortizações	4.832	1.446	
Despesas com vendas	21	(21.539)	(17.775)	Amortização do direito de uso	–	696	
Despesas gerais e administrativas	22	(22.715)	(14.340)	Variação do ajuste a valor presente	(4.144)	516	
Outras receitas e despesas líquidas	23	7.934	7.863	Perda com ajuste a valor justo	–	8.217	
Lucro antes do resultado financeiro		<b>55.589</b>	<b>72.275</b>	Perda estimada sobre estoques não realizáveis	6.885	131	
<b>Receitas financeiras</b>		<b>36.592</b>	<b>44.805</b>	Perdas estimadas dos créditos de liquidação duvidosa	–	281	
<b>Despesas financeiras</b>		<b>(5.812)</b>	<b>(13.841)</b>	Valor residual de baixa do imobilizado e intangível	4.052	34	
Resultado financeiro	24	<b>30.780</b>	<b>30.964</b>	Rendimentos sobre as cotas de investimento	(2.376)	(26)	
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>86.369</b>	<b>103.239</b>	Juros com passivo de arrendamento	158	17	
IRPJ e contribuição social corrente	2	(33.778)	(3.894)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	1.182	
IRPJ e contribuição social diferida		2.014	(1.182)	Provisões diversas	8.942	–	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>54.605</b>	<b>98.163</b>	Resultado do exercício ajustado	110.213	115.648	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	
Lucro líquido do exercício	54.605	98.163	Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Outros resultados abrangentes	–	–	Lucro antes dos impostos	86.369	103.239		
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>54.605</b>	<b>98.163</b>	Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	–	–		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

nhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e de passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar o valor líquido seus ativos e passivos. Sendo assim, os ativos e os passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **q) Aspectos ambientais:** As propriedades agrícolas estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Diretoria acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida no momento, conforme as atuais leis e regulamentos. **r) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **s) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas andando estejam vigentes. **Acordos de financiamento de fornecedores:** As alterações às IAS 7 e IFRS 7: As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Como resultado da implementação das alterações, a Companhia forneceu divulgações adicionais sobre seu acordo de financiamento de fornecedores. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alterações, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas não entrarão em vigor para a aplicação de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 12: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controladora conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia não são negociados publicamente, eles não são elegíveis para a aplicação do IFRS 19. **Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e a interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICP 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores à sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
<b>5. Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>101.801</b>	<b>136.914</b>	<b>Receita</b>	<b>2023</b>	<b>Custo</b>
Caixa e bancos conta movimento	513	4.153	2024	2024	2023
Aplicações financeiras	101.288	132.761	2024	2024	2023
Total	101.801	136.914	2024	2024	2023

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são de renda fixa em RDC (Recibos de Depósito Cooperativo) e são remuneradas à taxa média de 106% da variação do CDI, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
<b>6. Contas a receber</b>	<b>159.281</b>	<b>111.548</b>	<b>Duplicatas a receber de clientes</b>	<b>159.281</b>	<b>111.548</b>
Duplicatas a receber de clientes	159.281	111.548	Perdas estimadas de créditos clientes (i)	–	(904)
Subtotal	159.281	110.644	<b>Ajuste a valor presente (ii)</b>	<b>(12.619)</b>	<b>(4.001)</b>
Total	146.662	106.643			

Representado por saldos a receber referentes à venda de produtos agrícolas. (i) As perdas de crédito esperadas são calculadas com base nas perdas avaliadas como prováveis. Em 31 de dezembro de 2024 a diretoria da Companhia não identificou valores a serem provisionados. Os valores vencidos têm garantias hipotecárias e os valores a vencer estão substancialmente garantidos por CPR (Cédula de Produto Rural). (ii) Representa a parcela relativa aos juros a serem apropriados em exercícios futuros, de acordo com o regime de competência de exercícios, e é realizado para garantir as receitas de seu valor presente. A taxa utilizada em 2024 é 20,23% para o cálculo de ajuste a valor presente foi de 1,8% (1,3% em 2023). A composição das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
<b>Valores a vencer:</b>			<b>Valores a vencer:</b>		
a vencer até 30 dias	2.135	223	a vencer até 30 dias	716	–
a vencer de 31 a 60 dias	17.593	48.582	a vencer de 31 a 60 dias	–	14.904
a vencer de 61 a 90 dias	60.138	34.283	a vencer de 91 a 120 dias	8.328	112
a vencer de 91 a 120 dias	17.131	22.619	Maiores de 121 dias	362	–
Maiores de 121 dias	60.642	–	Maiores de 121 dias	213	–
Valores vencidos:			Equip. de informática	793	65
Vencidos até 30 dias	823	–	Imob. em andamento	12.951	4.637
Vencidos de 31 a 60 dias	–	4.437	Total custo de aquisição	23.363	4.897
Vencidos de 61 a 90 dias	39	1.404			
Vencidos de 91 a 120 dias	598	–			
Vencidos acima de 120 dias	–	–			
Perdas estimadas de créditos clientes (i)	–	(904)			
Total	159.281	110.644			

pelos Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no preço de mercado. Se a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos					
--	--	--	--	--	--



<

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 04 Abril 2025, 08:17:44

**Documento:** SEMENTES SAO FRANCISCO - DIGITAL.Pdf

**Número:** 070d95ff-d436-4a3d-83fc-375a3d195081

**Data da criação:** 04 Abril 2025, 08:17:28

**Hash do documento original (SHA256):** b03a11d784282a0f53bc262b2b455e3f02c2feb3eae91688bc2c725714631949



## Assinaturas

**FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR**

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).

## INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 070d95ff-d436-4a3d-83fc-375a3d195081, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)

ZapSign 070d95ff-d436-4a3d-83fc-375a3d195081. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.